



OSMAN LINS: LITERATURA E POLÍTICA
OSMAN LINS: LITERATURE AND POLITICS

Cacilda Bonfim¹

RESUMO: Neste trabalho analiso alguns aspectos políticos que ressoam na obra do escritor pernambucano Osman Lins (1924-1978), mais especificamente em sua última obra publicada em vida, *A rainha dos cárceres da Grécia* (1976), que traz o diário fictício de um professor secundarista de História Natural dedicado à análise do romance não publicado de sua amante. Além de comportar um ensaio literário sobre o livro que analisa, o diário é também preenchido por desabafos, dúvidas, elucidações biográficas e pelo registro de algumas notícias da época. Após explicitar alguns posicionamentos políticos do autor, apresento as questões mais flagrantes do romance que envolvem a perspectiva política, em sua dimensão filosófica. Concluo que esta obra literária de Lins, além de evidenciar temas caros ao fenômeno político, suscita também questões que envolvem o sentido da literatura e que perpassam o universo conceitual de significação da existência humana.

Palavras-chaves: Osman Lins; *A Rainha dos cárceres da Grécia*; Política; Literatura.

ABSTRACT: In this paper I analyze some political aspects that resonate in the work of the writer from Pernambuco Osman Lins (1924-1978), more specifically in his last published work in life, *The Queen of the Prisons of Greece* [*A rainha dos cárceres da Grécia*] (1976), that brings the fictional diary of a secondary school teacher of Natural History dedicated to the analysis of his lover's unpublished novel. Besides holding a literary essay about the book that analyzes the diary is also filled by outbursts, doubts, biographical elucidations and by the recording of some news of the time. After explaining some of the political positions by author, I present the most glaring questions of the novel that involves the political perspective in its philosophical dimension. I conclude that this literary work by Lins besides evidencing expensive subjects to the political phenomenon also raises questions that involve the meaning of literature and pass through the conceptual universe of signification of the human existence.

Keywords: *Osman Lins*; *The Queen of Prisons of the Greece*; Politics; Literature.

¹ Doutoranda em Literatura no PósLit/UnB, mestre em Filosofia no PPG/FIL/UnB, Professora de Filosofia do IFMA – campus Monte Castelo, São Luís, MA (Brasil) e membro do GATACO, grupo de estudos da obra de Osman Lins, coordenado pela Profa. Dra. Elizabeth Hazin. E-mail cacildabonfim7@gmail.com



INTRODUÇÃO

Escritor pernambucano de peças teatrais, ensaios, narrativas de viagem, contos e romances, Osman Lins (1924-1978), não é um autor que possa ser classificado como engajado. Inicialmente, porque o adjetivo aí empregado geralmente refere-se ao artista que faz de seu ofício uma militância política imbuída dos ideais marxistas, o que não é caso de Lins e, em segundo lugar, porque toda e qualquer classificação é em si mesma restrigente e não alcança a totalidade do que uma obra de arte representa. “Pessoalmente, acho o engajamento artístico limitador, pelo fato do artista dar a sua obra, a priori, uma determinada direção. Quer dizer: ela não oferece surpresas, nem mesmo para o seu criador” (LINS, 1979, p. 265).

Todavia, recusar a postura de engajamento, não significa negar que a dimensão política pode se espriar no interior de uma obra de arte sem, contudo, ser seu único e primordial objetivo. Assim, consciente do seu ofício de ficcionista e independente de qualquer ideologia, o autor escreve:

A literatura não é o nosso recreio, produto secundário e de relativa importância, segregado nos intervalos da verdadeira ação. Quando o escritor atua politicamente, não está passando, como habitualmente se quer ou se propala, da contemplação à ação [...]. Com a obra literária, e por nenhum outro meio, é que realmente age o escritor: sua ação é seu livro (LINS, 1979, p. 219).

Portanto, na visão de Lins, ao escrever um romance, o ficcionista toma uma posição na teia das relações humanas, mesmo que o mundo do romance e o mundo real não sejam coincidentes ou estejam em franca oposição. Neste sentido, não se deve ignorar que as principais obras de Osman Lins, *Nove, novena* (1966); *Avalovara* (1973) e *A rainha dos Cárceres da Grécia* (1976), foram escritas e publicadas durante o período da ditadura militar no Brasil (1964-1985), e, embora nenhuma delas tenha a política ou a ditadura como ponto único ou central, tais temas atravessam os enredos e dão ao leitor novas perspectivas de leitura e reflexão sobre os meandros da convivência humana.

Mesmo imersa em um Brasil sufocado por um regime opressor, violento e desumano, a arte romanesca de Osman Lins alcançou seu auge sem estar alienada dos problemas políticos que rondavam suas próprias criações e, o autor não mediu palavras ao declarar:



Creio poder dizer que amo minha língua mais do que amo meu país. Esclareço: poderia, eventualmente, viver fora daqui: mas não suportaria ver-me impedido de escrever na língua materna [...]. Mas gostaria que as injustiças sociais não fossem tão agudas entre nós; e que a nossa liberdade não fosse uma concessão (com limites restritos, como vem sendo há já quase quatorze anos, mas, pura e simplesmente, um direito plenamente exercido (LINS, 1979, p. 260).

Ora, como apontou a filósofa Hannah Arendt, a liberdade é a própria razão de ser da política² e, se por um momento, tal liberdade for transportada para a Literatura, então, ela despontará nas possibilidades de interpretação de uma obra de arte, sem que isso implique em sua deformação - distorção muitas vezes surgida de uma visão utilitária que, buscando estabelecer relação entre ficção e realidade, menospreza a fantasia como se esta não fosse a matéria prima de todo e qualquer romance.

Ao eleger o tema “política”, não intento desconsiderar a interpretação que toma como foco as questões formais que investigam elementos estruturais e estéticos na feitura de um romance e tão pouco condicionar o valor artístico da obra a fatores exteriores a sua criação, pois, como adverte Antonio Candido:

Quando fazemos uma análise deste tipo [literária], podemos dizer que levamos em conta o elemento social, não exteriormente, como referência que permite identificar, na matéria do livro, a expressão de uma certa época ou de uma sociedade determinada; nem como enquadramento, que permite situá-lo historicamente; mas como fator da própria construção artística estudado no nível explicativo e não ilustrativo (CANDIDO, 2000, p. 7).

Cabe ressaltar que a abordagem proposta neste artigo não se assenta sobre nenhuma corrente política específica. Os conceitos primordiais a serem tratados emanam da própria obra e da concepção político-social que o autor expressou publicamente em entrevistas, artigos para jornal e ensaios.

Destarte, o termo “política” é tomado aqui em sua acepção primeira e mais geral que deriva do adjetivo grego *politikós* cuja origem é *pólis* e que “significa **tudo** que se refere à cidade e, conseqüentemente, **o que é urbano, civil, público, e até mesmo sociável** e social” (BOBBIO, 2007, p. 954, grifos meus).

² ARENDT, 1999, p. 47.



Parte-se do princípio que a política comporta em si dimensões éticas, jurídicas e econômicas que se constituem como campos indissociáveis, através de instituições que se influenciam reciprocamente e que constituem o governo de um Estado.

Esta delimitação conceitual evita que se resvale, por exemplo, na problematização de conceitos controversos, tais como a origem do conceito de sociedade³ e a polêmica crença na existência de uma “pureza” jurídica que garantiria a autonomia do Direito em relação à política⁴, contidas desnecessárias para este estudo do romance de Osman Lins.

Para uma análise mais pontual da matéria política em Osman Lins, tomo como exemplo *A rainha dos cárceres da Grécia* (1976), seu último romance publicado em vida.

FICÇÃO: O REAL MAIS VISÍVEL

No final dos anos 1920, René Magritte apresentou ao mundo a tela *Ceci n'est pas une Pipe* (Isto não é um cachimbo)⁵, provocando o debate sobre a relação entre imagem e texto. A mensagem é clara, um quadro que representa um cachimbo não é, ele próprio, o cachimbo. Do mesmo modo, as palavras não são as próprias coisas que designam. Isso não significa negar a relação entre símbolo e fenômeno, mas assentir com a impossibilidade de realização da tarefa, de aspiração realista, de tentar retratar a vida exatamente como ela é.

Não é possível conhecer o que as coisas são em si mesmas (númeno), sendo possível alcançar apenas o modo como elas aparecem aos sentidos (fenômenos), diz Kant na *Crítica da Razão Pura*. Portanto, se as ciências requerem a inteligibilidade, as artes, por outro lado, evocam a dimensão sensível. Embora a literatura não fizesse parte, em um primeiro momento, das chamadas “Belas Artes”, por não se assentar na apreensão visual, sabe-se que as palavras provocam imagens e têm o poder de incitar a percepção sensorial

³ Conceito introduzido na cultura ocidental pelos escritores latinos — especialmente por Cícero — e que teve inspiração estoica ao considerar os aspectos sociais como desassociados e independentes da organização política.

⁴ Ver a teoria dos três poderes de Montesquieu na obra *O Espírito das Leis* (1748), assim como o verbete “sociedade” em ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de filosofia*. 2. ed. São Paulo: Mestre Jou, 1982, p. 912 e 913), e o tema da judicialização do Direito em ESCRIVÃO FILHO, Antônio Sérgio; SOUSA JUNIOR, José Geraldo de. *Para um debate teórico-conceitual e político sobre os direitos humanos*. Belo Horizonte: D'Plácido, 2016, p. 152.

⁵ O quadro faz parte da série de pinturas *La Trahison des Images* (A traição das imagens).



do leitor, daí seu caráter estético. Logo, a arte literária também demanda sensibilidade, isto é, capacidade de ultrapassar os limites da compressão meramente intelectual do livro.

É nessa vertente que a obra *A rainha dos cárceres da Grécia*, de Osman Lins se apresenta. Ao não se pretender realista torna o real mais visível na medida em que seu discurso poético-narrativo incita e exalta a imaginação, revelando que o sentido da ficção não se encerra na própria obra, mas está sempre alhures.

O romance traz o diário fictício de um Professor secundarista de História Natural que se dedica à análise da obra não publicado de uma pessoa a quem amou, Julia Marquezim Enone. Tem-se daí que o diário é na verdade um ensaio sobre o livro escrito por Julia, que ao mesmo tempo é também preenchido por desabafos, dúvidas, revelação de acontecimentos pessoais, elucidações biográficas e pelo registro de algumas notícias da época.

Como explica o autor, revelando um pouco da temática de sua obra, a estrutura do romance é concebida em três camadas:

[...] a do real-real, a do real-imaginário, e a do imaginário-imaginário. A do real-real é a de todos nós: a dos acontecimentos de que participamos e que os jornais noticiam. O romance é escrito em forma de diário (com datas dos dias em que eu, o autor verdadeiro, escrevia as respectivas entradas) e esse diário é invadido aqui e ali pelo noticiário da imprensa. Mas a quem é atribuído, no livro, esse diário que escrevi? A um professor secundário de História Natural. Ele se situa, já, no plano do real imaginário. Mas ele medita e escreve sobre o romance deixado por sua amante morta. Romance que constitui no meu livro, a camada do imaginário. Ora, o nosso professor, embebendo-se do romance que analisa, acaba por transformar-se num dos seus personagens. Isto é: transita do real-imaginário para o imaginário (LINS, 1979, p. 252).

Além de elucidar a sistematização da obra, Lins traz à tona a magia envolta em seu eixo temático: a leitura de um romance feita de modo tão apaixonado que o leitor se transmuta em personagem da obra que analisava. Não há dúvida, a narrativa se ocupa do ato de ler, o personagem principal é um romance e a ficção romanesca é a temática fundamental do livro, sendo, portanto, uma obra metaficcional.

Consciente da proposta do romance, me aproximo *d'A rainha dos cárceres da Grécia* em busca de perscrutar seus aspectos políticos, já que outras temáticas, digamos, secundárias, se agregam ao ensaio-diário do professor e ao livro de Julia. A política talvez seja a mais gritante delas e se manifesta nas três camadas da narrativa, a do real-real, a do real-imaginário e a do imaginário-imaginário.



O romance de Julia cujo título é homólogo ao livro de Lins, *A rainha dos cárceres da Grécia*, e que só se revela ao leitor na medida em que o professor alude ou transcreve alguns dos seus trechos, versa sobre a vida miserável da nordestina Maria de França que, em meio a crises de demência, realiza uma peregrinação pelo então INPS - Instituto Nacional de Previdência Social – a fim de obter uma aposentadoria temporária que sempre lhe é negada. Assim, a dimensão imaginária comporta, em sua essência forte diagnose de uma política de opressão: burocratização, injustiça, corrupção e violência. A linguagem institucional é exposta como inoperante e inacessível, como mostra o professor em seu diário:

Uma legislação, com seus artigos, parágrafos e alíneas, compõe essa entidade com que luta a heroína [...] vejo o texto legal, aí, como uma espécie de veículo inseguro, acionado por condutores ineptos e malignos, que trocam peças, invertem comandos, deterioram o veículo, transformando-o num monstro voluntarioso – num insano. Assim, o desequilíbrio mental da personagem soa com ironia: há, nos seus atos, no objetivo que busca, certa coerência. A verdadeira loucura reina no outro lado, na máquina viciosa (LINS, 1977, p. 18-19).

A loucura de Maria de França põe a descoberto a loucura institucionalizada por órgãos do Governo, cujas ações carecem de um grau mínimo de razoabilidade.

Contudo, o professor adverte: “A loucura e o hospício, em *A rainha dos cárceres da Grécia*, vão além do puramente episódico, e sua carga de notação social é irrelevante” (LINS, 1977, p. 182). Seria tal asserção um sinal de que a busca por elementos políticos, na esfera ficcional da história de Maria de França não se justifica?

Penso que não. Sem dúvida, a loucura de Maria de França configura-se como estratégia que permite a autora tratar de modo não convencional o espaço, o tempo, a problemática da onisciência (já que a voz que anima o romance de Julia é a de Maria de França, personagem narradora) e outros elementos presentes no romance. Além disso, o professor em mais de uma vez deixa claro que:

Fora de dúvida: se põe a romancista, no centro de sua obra, uma consciência desordenada, é para ordenar o conjunto mediante certas leis. Dentre elas, a de ocultar tanto quanto possa a ambição experimental. Não interessada na reprodução servil das coisas e, ao lado disto, supondo ser indispensável ao gênero certo liame com a realidade ordinária, cria uma linguagem, uma emissão e um mundo excêntricos, mas justificando-os indiretamente com o distúrbio mental da heroína,



como se tudo decorresse disto, e não da sua própria inquietude. Assim, fingindo ser forçada pela personagem, cuja loucura teria um laivo de denúncia (manifesta-se como resultante de insucessos profissionais), enfrenta e soluciona a seu modo problemas dentre os mais estimulantes da ficção atual, culminando com este, a que mesmo os narradores pouco aventureiros são hoje sensíveis, do tempo e de suas transgressões (LINS, 1977, p. 208).

Porém, tais constatações não invalidam a abertura para uma melhor compreensão da política brasileira em seu estatuto empírico. Ao contrário, ao não se configurar como delação ostensiva o romance permite que o leitor estabeleça suas próprias conexões com a realidade em que vive.

Além disso, é preciso ter cautela para não se deixar enredar pelo artifício da obra e acabar confundindo o livro de Julia com o livro de Osman Lins, pois, fora tudo que a autora imaginária propôs ou quis deixar transparecer, é inegável que Maria de França está inserida no contexto do trabalho e da exploração sexual infantil, da corrupção da polícia, do desleixo dos funcionários públicos, das leis cegas e estéreis da “Justiça”.

Com ordens e papéis que não consegue compreender, a heroína é mandada de um lado a outro em busca do benefício que pleiteia. Esbarra sempre em preguiça, descaso, omissão. Os médicos a quem recorre também estão imersos em displicência e práticas corruptas, emitindo atestados sem sequer ver a paciente. Como não perceber a problemática política que impregna seu mundo?⁶

Por outro lado, tal qual descrita pelo Professor e ainda na esfera da imaginação, a autora, Julia Marquezim Enone era “[...] sem forçar e sem ostentar, uma mulher do povo e com aptidão para falar em seu nome” (LINS, 1977, p. 174).

Marcada por conflitos familiares, a vida de Julia desdobra-se em acontecimentos trágicos que a fazem conhecer as aflições de quem é interno em hospícios. Também nordestina, sua ação política é abertamente declarada. Envolve-se com as Ligas Camponesas tomando para si as reivindicações dos lavradores, ligando-se aos sindicatos rurais e participando de manifestações contra os grandes latifundiários. Não há como negar o enfoque político da personagem.

⁶ Visando reforçar o tom de denúncia da obra é imprescindível salientar o entrelaçamento entre fatos reais e ficção, já que algumas características e diversas situações absurdas que ocorrem com Maria de França e outros personagens tiveram inspiração em estudos de casos feitos por Osman Lins, durante a elaboração do romance, sobre pessoas com problemas mentais que viveram em Recife entre o fim dos anos 50 e início dos 60. O registro da busca de informações empreendida pelo autor e os dados obtidos encontram-se no acervo pessoal de Lins, depositado pela família na Fundação Casa de Rui Barbosa no Rio de Janeiro e consultado por mim entre os dias 26 e 30 de março de 2018.



Já no campo do real-imaginário, é possível identificar uma postura política nos comentários de indignação que o Professor faz sobre algumas das notícias de jornal e até sobre elementos da história nacional quando ele, por exemplo, questiona e ao mesmo tempo tenta justificar a opção de Julia por incluir no romance a invasão holandesa em Pernambuco, ao invés da expulsão:

Que viria a fazer, em obra assim armada uma série de quadros "positivos", evocando a vitória do país e a expulsão dos invasores? [...]. Mas respondam-me se trouxe algum proveito a Maria de França e a toda a sua classe a derrocada de Holanda? [...] Mais verdadeiro e significativo que Julia M. Enone tenha minado o seu livro com cenas de ocupação e não de expulsão do invasor: elas refletem melhor a nossa realidade e a realidade de todos os países hoje ocupados – pelas armas, pelo ouro e por instrumentos menos palpáveis (LINS, 1977, p. 138).

Outro exemplo salta aos olhos quando o Professor menciona a criação da IMBEL (Indústria de Material Bélico do Brasil – 14/06/1975) relatando a fala do assessor de vendas da empresa ao declarar: “Em Brasília, esta semana, eu disse a três generais que podem pedir até uma bomba. Nós fabricamos logo” (LINS, 1977, p. 160). A estupidez do discurso do assessor é pontuada, então, por considerações sobre os efeitos nefastos da bomba lançada em Hiroshima 30 anos antes, durante a II Guerra Mundial.

Não brotam as considerações do Professor de uma reflexão política?

No plano da realidade, como já explanou Lins, existem as notícias de jornais transpostas para o diário escrito em tempo real. Há, portanto, o registro de uma época marcada por absurdos da política institucional trazidos ao leitor pelas notícias selecionadas, sendo flagrante aí uma estratégia de denúncia perpetrada pelo autor. Destas notícias, cito dentre outras as várias menções a Operação Camanducaia, ocorrida em outubro de 1974 e que consistiu no transporte de 93 menores, do DEIC⁷ de São Paulo para a rodovia Fernão Dias – próxima a Camanducaia (MG) – onde foram espancados e abandonados nus em plena madrugada. Culpados? Todos os envolvidos ficaram impunes.

Eclodem no livro, portanto, várias denúncias de escândalos e violações dos direitos humanos no Brasil. Daí porque se objetiva nesta proposta a análise dos aspectos políticos que permeiam a obra.

⁷ Departamento Estadual de Investigações Criminais



PARA ALÉM DAS CONTROVÉRSIAS

Equacionar Literatura e Política pede uma reflexão que vá além das controvérsias que sentido de não desenvolver uma competição estéril por grau de relevância.

Neste sentido, é oportuno evidenciar que escrevendo sobre uma mesa-redonda ocorrida em 1977, na Feira do livro em Frankfurt, Alemanha, com escritores da América Latina, cuja temática era literatura e política, Osman Lins corrobora com a posição de Julio Cortázar, autor de obras com acepções políticas, quando este declara que não acredita em uma literatura comprometida politicamente. Explica Lins que isso não se configura como uma contradição, pois “[...] o que ele quer dizer é que uma obra pode ser política, sem a perda de sua qualidade literária, desde que nasça como uma necessidade. De fato, nem a política nem a religião podem invalidar uma obra” (LINS, 1977, p. 01).

Seguindo na descrição do evento, Osman Lins também respalda a fala de Eduardo Galeano ao transcrever:

Não se deve confundir o potencial revolucionário de uma obra com suas preocupações temáticas. Obras de temática claramente revolucionárias podem estar minadas de conformismo. Obras que a um primeiro exame parecem alheias a problemas políticos, podem trazer, na verdade, um grande potencial revolucionário (LINS, 1977, p. 02).

Escreve ainda Lins, dando como exemplo a Divina Comédia, “Dante, supõe-se, não deliberou escrever um poema religioso. Penetra-o, gerando em seu espírito essa obra suprema, a atmosfera religiosa de sua época” (LINS, 1977, p. 02).

Esses três trechos de seu artigo parecem dar conta do modo como Osman Lins compreendia a relação entre literatura e política. A política pode se entranhar na obra literária, sem que esta seja panfletária ou perca as características que lhe são próprias e que a elevam ao estatuto de arte. Os elementos políticos não aparecem necessariamente de modo patente na obra, mas podem se revelar em suas nuances. Os temas que envolvem uma obra literária podem ser expressões da atmosfera da época de sua criação.

Ora, como dito anteriormente, *A rainha dos cárceres da Grécia* foi escrito e publicado em plena ditadura militar brasileira e seria ingênuo não perceber que mesmo sem ter a política como ponto único ou central, o romance faz uma crítica social contundente que ultrapassa os limites do período ditatorial, tornando-se válida ainda hoje,



pois não é possível negar a capacidade de intervenção que a literatura produz no contexto real de seu leitor.

[...] cada vez que [a literatura] não se fecha a descrição, cada vez que se escreve de um modo suficientemente ambíguo para deixar fugir o sentido, cada vez que se faz como se o mundo significasse, sem entretanto dizer o quê, então a escrita liberta uma pergunta, ela sacode o que existe, sem entretanto nunca pré-formar o que ainda não existe, ela dá sopro ao mundo: em suma, a literatura não permite andar, mas permite respirar. (BARTHES, 1970, p. 172)

A rainha dos cárceres da Grécia é sopro da imaginação criadora que vivifica possibilidades de ser e existir.

Como último traço da ligação entre o romance de Lins e a matéria política explícito o elemento de invasão/resistência que o livro aborda.

Na passagem de 28 de abril o professor explicita a hipótese de que Julia introduziu no romance o motivo da invasão para melhor poder explorar o tema da resistência (Cf. LINS, 1977, p. 139).

A invasão mencionada é a holandesa, ocorrida no Brasil e em especial em Recife, Pernambuco (local onde se passa parte da história do romance) nos seguintes períodos:

1630-1654 - Invasão de Olinda e Recife, em Pernambuco

1630-1637 - Fase de resistência ao invasor

1637-1644 - Administração de Maurício de Nassau

1644-1654 - Insurreição Pernambucana

As datas destacadas em negrito (acima) identificam os períodos referidos no romance.

Ora, toda invasão pressupõe a existência de fronteiras, isto é, limites que em termos políticos são territoriais, compreendendo-se assim, que as demarcações geográficas nascem do âmbito político. Guerra, conquista, expansão, domínio, colonialismo são termos indissociáveis de uma concepção política.

Na verdade, os vocábulos resistência e invasão fazem parte do campo semântico da política.

Em relação *A rainha dos cárceres da Grécia*, Báçira, por exemplo, um dos epítetos do Espantalho⁸, embora não signifique apenas isso, remete a uma delimitação

⁸ Entidade/Personagem que protege Maria de França.



territorial. Báçira é a indicação no mapa de Pernambuco feito por George Marcgrave (naturalista alemão que veio para o Brasil em 1638) do que hoje é conhecido como Serra da Passira e que assinalava, para quem chegasse ao porto de Recife, o limite das terras até então conhecidas, tal qual atesta o Professor em seu diário, dia 17 de maio (LINS, 1977, p. 145-146) e como elucida Elizabeth Hazin em seu artigo (Cf. HAZIN, 2016, p. 254-293).

Ademais, não se pode negligenciar que a invasão histórica/real da Holanda em Pernambuco – isto é – um dado político por excelência – é fundamental para a estrutura da obra em relação a ambientação, espaço, tempo e características psicológicas das personagens.

Mas as fronteiras, em sua dimensão simbólica não são unicamente territoriais, embora ainda assim, sirvam para delimitar uma postura política, pois encontram-se também, na divisa igualmente aludida na obra entre loucura e razão, singularidade e coletivo, público e privado, enfim, limites demarcados pela valoração humana.

A oposição resistência/invasão lembra também à teoria dos contrários de Heráclito que visava explicar as mutações do cosmos. Nesse sentido, não se pode perder de vista que o professor passa por uma transfiguração: de autor para personagem, de humano para supra-humano (espantalho-protetor) na viagem da busca de si mesmo, assinalando-se assim, a presença dos contrários “resistência/invasão” na própria transformação sofrida pelo personagem, ou seja, em seu mundo (cosmos).

Uma das frases mais belas e significativas no embaralhado discurso do Espantalho diz: “[...] somos quem parecemos ser e também somos quem somos noutra lugar numinoso” (LINS, 1977 p. 217).

A fala nos remete ao linguajar kantiano, no qual “númeno” significa essência, à priori e transcendental e “numinoso” seria o adjetivo inspirado pelas qualidades transcendentais da coisa em si (divindade).

O espantalho está falando das aparências (fenômenos) *versus* essências (númeno, coisa em si). Ele, Maria de França e Julia não são desse lugar (mundo das aparências/mundo do contingente/mundo da política), pois esse é o mundo onde não há espaço para todos, mundo decadente, niilista.

Só transcendendo o real pode o Espantalho proteger Maria de França/Julia que arquetipicamente encarnam o pária, a louca, o pobre, a nordestina, a mulher, a escritora,



a operária. Não há lugar para essas pessoas no mundo da política (mundo fenomênico). É preciso romper os espaços, estilhaçar os limites. Invadir. Evadir. Narrar, contar histórias:

“Lê-ô lê-ô-lá, ela me dá o braço, somos uma vez, entramos, entramos por uma perna de pinto, saímos, saímos por uma perna de pato, vamos por aí, ela e eu, o Báfica, em direção aos impossíveis limitíferos, ao erumavezífero, ao Recífero, às portas abertíferas, ao bacorífero, ao eixo universífero, ao ir sem regressífero, ao amplífero, ao putaqueparífero, ao imensífero, ao ífero, ao Báfica-bacífero” (LINS, 1977, p. 218)

Logo, se esse mundo é o melhor dentre os mundos possíveis, como disse Voltaire, o Espantalho arrebatou Maria para um outro mundo, pois esse “melhor” não lhes assiste.

Portanto, no jogo do livro, a política perde. Por mais que domine, não triunfa gloriosa de uma guerra entre iguais. “Vence” por inação. Deita-se preguiçosa sobre si mesma para nutrir vermes que lhe consomem. Escrava das volições alheias, não tem memória, torna-se apenas função, administração, mero objeto. Sua real razão de ser repousa esquecida.

Há como negar o caráter político da obra?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como evidenciado, *A rainha dos Cárceres da Grécia* não pertence à categoria de uma representação realista, pois o real pode muitas vezes ser impenetrável e indizível. Contudo, isso não significa que a obra caia em certo escapismo, indica apenas que a relação artística com a realidade não é mimética, podendo até mesmo ampliar a noção que se tem da realidade.

A rainha dos Cárceres da Grécia pode propiciar ao leitor novas interpretações do mundo, ampliando seu foco de visão em âmbitos variados, inclusive no político.

Deste modo, falar sobre literatura e política em Osman Lins, principalmente no que diz respeito a este romance, é apontar aspectos que irrompem em sua narrativa como diagnóstico e denúncia de uma estrutura administrativa, jurídica e social puída por práticas governamentais corruptas e autoritárias que necessitam ser conhecidas, evidenciadas e banidas do Estado Brasileiro.

Logo, se no I Simpósio Discente do PósLIT/UnB (2018) – do qual resulta este artigo – a pretensão foi fomentar a reflexão sobre o que é literatura em suas práticas



sociais, finalizo com uma sábia assertiva de Osman Lins: “A literatura nada tem de simples passatempo. Ela é talvez o instrumento mais poderoso e mais eficaz de que o homem dispõe para conquistar e defender a sua liberdade e a sua dignidade” (LINS, 1979, p. 201).

REFERÊNCIAS

ARENDDT, Hannah. *O que é política?* Tradução de Reinaldo Guarany. 2ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BARTHES, Roland. *Crítica e Verdade*. São Paulo: Perspectiva, 1970.

BOBBIO, N. et al. (Org.) *Dicionário de política*. 2v. Brasília: Editora UnB, 2007.

CANDIDO, A. *Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária*. 8.ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 2000.

LINS, Osman. *Evangelho na taba: novos problemas inculturais brasileiros*. São Paulo: Summus, 1979.

_____. *O escritor e a política*. O Estado de São Paulo. Suplemento Cultural. 3 de abril de 1977.

_____. *A rainha dos cárceres da Grécia*. 2 ed. Melhoramentos: São Paulo, 1977.

HAZIN, Elizabeth. O Báçira. In: _____.; BARRETO, Francismar Ramírez; BONFIM, Maria Aracy (Orgs.). *Quem sou?* Siglaviva: Brasília, 2016 (p. 254-293).

Recebido em: 25 mar. 2018

Aceito em: 11 jun. 2018